



SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR WEVERTON

EMENDA Nº – CAE

(ao Projeto de Lei nº 3.626/2022)

Inclui-se o seguinte parágrafo § 5º na redação atual do art. 33-D da Lei nº 13.756/18 dado pela MP 1.182/23:

“Art. 33-D. O agente operador adotará mecanismos de segurança e integridade na realização da loteria de apostas de quota fixa, observado o disposto em regulamentação do Ministério da Fazenda e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 5º O agente operador, a Administração Pública e o Banco Central deverão firmar acordos com as entidades nacionais de administração do esporte cujos eventos sejam utilizados no funcionamento da loteria de quota fixa, visando o repasse de informações para garantir o monitoramento eficaz na prevenção à manipulação de resultados.”

JUSTIFICAÇÃO

No art. 33-D, é introduzido um novo parágrafo que estabelece a obrigatoriedade da celebração de acordos de cooperação entre os diversos atores envolvidos na fiscalização e prevenção da manipulação de resultados, a saber, os agentes operadores, a administração pública e o Banco Central, bem como as entidades nacionais de administração do esporte, promovendo a transparência e a integridade no cenário esportivo.

Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 217, reconhece a autonomia das entidades esportivas para a gestão de suas atividades, desde que estejam de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo Poder Público. Portanto, a necessidade de celebração de acordos de cooperação não viola essa autonomia, mas, ao contrário, reforça-a ao permitir que as entidades esportivas colaborem ativamente na prevenção da manipulação de resultados.



SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR WEVERTON

Aqui, importa destacar que os acordos entre o Estado, as entidades nacionais de administração do esporte e os agentes operadores proporcionarão uma fiscalização instantânea e eficiente, reprimindo práticas ilegais, como a manipulação dos resultados e a existência de “jogos fantasmas” ou eventos não reais.

Ainda, ressalta-se que a atuação do Banco Central é crucial para assegurar que todas as transações financeiras ligadas ao esporte estejam em conformidade com a legislação vigente, os regulamentos estabelecidos e os acordos celebrados.

Além disso, o Banco Central desempenha um papel importante na prevenção de atividades ilegais, como a lavagem de dinheiro e a sonegação fiscal, que podem estar relacionadas às operações financeiras no esporte. Sua atuação contribui para a fiscalização e a transparência, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira legítima e para o desenvolvimento do esporte no país.

Sala da Comissão,

Senador WEVERTON